

**DEBATE ALÉM DA FRONTEIRA:
características deliberativas da conversação de brasileiros
sobre a [não] descriminalização do aborto na Argentina¹**

**DEBATE BEYOND BORDERS:
Deliberative characteristics of Brazilian conversations
about the [not] decriminalization of abortion in Argentina**

Carla Candida Rizzotto²
Luciane Leopoldo Belin³

Resumo: Enquanto diferentes instâncias discutiam a descriminalização do aborto na Argentina, veículos de comunicação repercutiam a temática no Brasil, pautando o debate nacional sobre o tema. Este artigo se propôs a discutir a repercussão do caso argentino nas redes sociais brasileiras a partir da análise de 3207 comentários em postagens no Facebook das fanpages dos jornais *El País*, *Estadão* e *O Globo*. Realizada a partir dos preceitos da teoria da deliberação, a análise de conteúdo conduzida para a realização deste artigo identificou nos comentários em questão a manifestação das variáveis posicionamento, tipo de pensamento, turno da fala, tema, forma, racionalidade, fonte, estratégia retórica e recursos argumentativos. Os resultados apontam uma forte polarização e altos índices de conflito. Há a predominância de comentários racionais, porém, a principal fonte de justificação são as vivências e valores pessoais.

Palavras-Chave: Descriminalização do aborto. Deliberação. Conversações online.

Abstract: While popular and governmental forums were discussing the decriminalization of abortion in Argentina, Brazilian media reverberated the issue, setting the national debate on the subject. This article proposed to discuss the repercussion of the Argentine case in the Brazilian social networks from the analysis of 3207 comments in Facebook posts of the fanpages of the newspapers *El País*, *Estadão* and *O Globo*. Based on the precepts of the theory of deliberation, the content analysis conducted for the accomplishment of this article identified in the comments in question the manifestation of the variables positioning, type of thought, speech shift, theme, form, rationality, source, rhetorical strategy and resources arguments. The results point to a strong polarization and high levels of

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho GT1 - Comunicação e democracia do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Doutora em Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do grupo de pesquisa "Comunicação e Participação Política". Email: <carla_rizzotto@yahoo.com.br>

³ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná. Membro do grupo de pesquisa "Comunicação e Participação Política". Email: <lucianebelin@gmail.com>

conflict. There is predominance of rational comments, but, the mainly source of justification are the personal experiences and values.

Keywords: Decriminalization of abortion. Deliberation. Online conversations.

1. Introdução

Em 2018, a Argentina avaliou a possibilidade de alterar a legislação em vigor desde 1921 e considerou descriminalizar a interrupção voluntária das gestações, quando feitas até a 14ª semana. Uma decisão inicial favorável da Câmara dos Deputados aconteceu no dia 14 de junho e a pauta seguiu para o Senado, que, no dia 09 de agosto, votou contra a descriminalização. Manteve-se, portanto, a determinação de que a interrupção da gestação só é permitida em casos de estupro ou risco de morte para a mulher ou determinados tipos de malformação do feto.

No intervalo correspondente ao período em que este processo ocorria na Argentina, o Brasil apresentou alguns dos maiores picos do ano nas buscas na web e de notícias que utilizavam o termo “aborto”⁴. Embora o começo do mês de agosto corresponda também ao período em que era realizada no Brasil uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do tema – algo que certamente contribuiu para o aumento das pesquisas sobre o tema em buscadores como o do Google nestas datas –, a segunda votação na Argentina manteve o tema em pauta e colaborou para estender a discussão sobre a temática no país.

Tendo em vista o impacto que as discussões em plenária e as manifestações das mulheres nas ruas pela descriminalização do aborto no país vizinho tiveram sobre o debate também aqui no Brasil, a proposta deste artigo é discutir quais estratégias discursivas e retóricas marcaram as conversações online sobre o tema em sua repercussão no Brasil, observando a questão a partir da corrente deliberacionista, que compreende as conversações cotidianas como um fenômeno sob o escopo da deliberação.

⁴ De acordo com o Google Trends, que mede tópicos de pesquisa na ferramenta de busca do Google por período e região. <<https://trends.google.com/trends/explore?geo=US&q=aborto>>. Acesso em 14/03/2019.

Historicamente, a discussão acerca da interrupção voluntária da gravidez desperta conflitos entre os grupos que defendem a descriminalização com base no direito da mulher sobre seu próprio corpo e os que utilizam argumentos religiosos e morais acerca do início da vida humana. O debate sobre o tema é bastante polarizado e frequentemente há nos interlocutores uma postura de negação do diálogo. Trata-se de uma questão polêmica e sensível, que envolve em sua discussão o resgate de histórias pessoais e na qual é perceptível uma profunda influência de valores individuais em detrimento de um direcionamento ao “bem comum”.

Dessa forma, a troca de razões a respeito do assunto possui particularidades que a distinguem daquelas que ocorrem acerca de temáticas mais próximas a decisões políticas formais. Os interlocutores, então, não apenas se engajam na elaboração de argumentos acerca do conteúdo, mas também articulam aspectos identitários na elaboração de suas estratégias comunicativas (BLACK, 2009; YOUNG, 2001).

Tendo em vista a corrente deliberacionista que considera a conversação cotidiana indispensável para a produção de decisões coletivas, ainda que não siga todos os critérios normativos da deliberação (MANSBRIDGE, 2009; BENHABIB, 2009; MAIA, 2008), este artigo se propõe a analisar o debate online realizado nos comentários de 35 postagens no Facebook dos jornais El País Brasil, Estadão e O Globo dedicados ao tema da descriminalização do aborto e pautados pelo caso argentino. De um total de 13.979 comentários, 3207 foram selecionados aleatoriamente para compor o corpus deste artigo, categorizados e analisados a partir de um livro de códigos elaborado com base na literatura sobre deliberação e conversação online (STROMER-GALLEY, 2007; DRYZEK, 2007; MANSBRIDGE, 2007; YOUNG, 2001).

A análise de conteúdo permitiu verificar o grau deliberativo das conversações acerca da descriminalização do aborto através de variáveis traçadas com base em Stromer-Galley (2007) que descrevem o tipo de pensamento contido no comentário (social, metaconversação ou problema); o turno da fala; o tema (estrutural, relacional ou off topic); a forma (declaração/afirmação, ponto de vista oposto, esclarecimento,

questionamento, proposição de solução, chamada para ação ou estabelecimento de conflito); a justificação expressa da opinião e a fonte da justificativa. Outras variáveis importantes da análise foram as estratégias retóricas (propositiva, sedutora, ético-moral e crítica) utilizadas enquanto alternativa ao discurso racional, bem como os recursos argumentativos acionados para tanto (ameaça, sarcasmo, analogia, narração e insulto) (DRYZEK, 2007; MANSBRIDGE, 2007; YOUNG, 2001).

Os resultados confirmam a hipótese de uma forte polarização presente no debate, com razoável nível de estabelecimento de conflito e manifestação insulada da opinião tanto dos favoráveis quanto dos contrários à descriminalização. Verificou-se ainda que há mais racionalidade nos comentários favoráveis do que nos contrários à descriminalização, bem como foi possível perceber que, de maneira geral, os comentários apresentam justificativas para as opiniões expressas.

Os resultados observados na análise apresentada neste artigo permitem observar como ocorre o engajamento dos indivíduos no debate online, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla do comportamento dos usuários da internet em pautas polêmicas como o aborto e oferecendo bases para futuros estudos sobre o tema.

2. Deliberação e conversações online: o aborto em pauta

Agente importante para o avanço de pautas políticas institucionais dentro de um regime democrático, a deliberação que acontece mesmo distante das arenas convencionais de tomada de decisão – as plenárias da câmara e do senado, por exemplo – e protagonizada por indivíduos comuns, sem atuação em cargos políticos oficiais, é essencial para a manutenção e funcionamento de tais regimes. Não à toa, esse fenômeno comunicacional se tornou pauta da pesquisa na área, de forma que a teoria deliberativa é hoje uma linha consolidada de investigação, situada na intersecção entre a teoria política e a comunicacional.

Mais do que isso, a característica deliberacionista que marca os regimes democráticos é interpretada como um instrumento tão ou mais importante do que o voto nos sistemas representativos, não apenas pelo fato de que decisões em menor

escala, tomadas em assembleias e reuniões comunitárias, a título de exemplo, passam pela deliberação pública. A relevância da deliberação nestes contextos também reside no impacto que estes processos têm até mesmo em decisões como a de “em quem votar” durante o período eleitoral.

A teoria da democracia deliberativa coloca então a deliberação como uma espécie de “reforço” aos mecanismos políticos convencionais – uma que, embora já exista desde o próprio surgimento da democracia, vem agregando características muito particulares ao todo, em um momento marcado pela onipresença das redes de comunicação online.

A teoria da democracia deliberativa é uma teoria normativa que sugere modos através dos quais podemos intensificar a democracia e criticar as instituições que não satisfizeram o padrão normativo. De modo específico, essa teoria afirma ser um modo mais justo e verdadeiramente democrático de lidar para o pluralismo do que modelos agregativos ou realistas de democracia. Assim, ela começa por se afastar dos entendimentos individualistas liberais ou econômicos de democracia, indo em direção a uma visão ancorada nas concepções de accountability e discussão. Uma teoria democrática centrada na discussão substitui uma teoria democrática centrada no voto (CHAMBERS, 2009, p. 241)

Assim, para os teóricos deliberacionistas, a deliberação supera a importância central do voto, uma vez que é recorrente; sua validade extrapola o período eleitoral, contribui com a decisão sobre o voto e permite que outras resoluções políticas sejam tomadas a partir do debate. Este, por sua vez, é característica fundamental do processo deliberativo, compreendido aqui como um conjunto de trocas comunicativas entre sujeitos plurais, que partem de suas próprias vivências e crenças, para expressar suas opiniões e visões de mundo, com o objetivo de chegar à resolução de questões propostas.

Segundo Habermas, a proximidade entre estas duas instâncias da democracia – o voto e o debate – é uma característica vital de qualquer regime do tipo e ambas devem ter condições de existir independentemente.

A política dialógica e a política instrumental podem entrelaçar-se no campo das deliberações, quando as correspondentes formas de comunicação estão suficientemente institucionalizadas. Portanto, tudo gira em torno das condições de comunicação e dos procedimentos que outorgam à formação institucionalizada da opinião e da vontade políticas sua força legitimadora. (HABERMAS, 1995, p. 45)

O autor argumenta que uma sociedade na qual figura a democracia deve garantir a troca livre de informações e a comunicação aberta e desinteressada, partindo das instituições e dos sujeitos, e que essa troca deve resultar em transformações políticas ou sociais diretas, sem que necessariamente alcance as instâncias decisórias do poder público.

Essas comunicações desprovidas de sujeito, ou que não cabe atribuir a nenhum sujeito global, constituem âmbitos nos quais pode dar-se uma formação mais ou menos racional da opinião e da vontade acerca de temas relevantes para a sociedade como um todo e acerca das matérias que precisam de regulação. (...) A geração informal da opinião desemboca em decisões eleitorais institucionalizadas e em decisões legislativas por meio das quais o poder gerado comunicativamente se transforma em poder passível de ser empregado em termos administrativos (HABERMAS, 1995, p. 48)

A transformação que a deliberação é capaz de proporcionar, no entanto, pode demorar a trazer para a prática da vida cotidiana as consequências do que foi deliberado. E, em muitas situações, há uma forte diferenciação entre a deliberação na forma como Habermas a conceitua e o tipo de troca de opiniões políticas que ocorre na informalidade, em conversações cotidianas.

A deliberação é compreendida aqui como “processo onde grupos de pessoas, normalmente cidadãos comuns, se engajam em expressão racional da opinião sobre uma temática social ou política em uma tentativa de identificar soluções para um problema comum ou avaliar essas soluções” (STROMER-GALLEY, 2007, p. 3). A autora sugere que a diferenciação essencial entre a deliberação e a conversação política casual é que, em geral, a primeira envolve “expressão de opiniões fundamentadas” (Idem, p. 3) com o objetivo claro de identificar e avaliar soluções para problemas postos.

Essa distinção, no entanto, não invalida a importância e necessidade da realização das conversações cotidianas, uma vez que são parte do processo deliberativo, pois podem dar a base para a proposição das deliberações formais no âmbito governamental.

Mansbridge (2009, p. 207) sugere que “a conversação cotidiana, se não é sempre deliberativa, é, todavia, uma parte crucial do amplo sistema deliberativo de que as democracias necessitam se os cidadãos devem, em qualquer sentido, se

autogovernarem”. A autora argumenta que o tipo de troca que ocorre entre os sujeitos envolvidos pode contribuir para o agendamento da discussão em outras instâncias ou para a formação de opinião dos demais participantes da conversação em questão.

Diferente da conversação realizada em assembleias ou comissões de tomada de decisão – sessões deliberativas em instituições ou setores governamentais, por exemplo –, a conversação cotidiana não necessariamente é pautada em argumentações bem estruturadas ou fundamentadas.

As manifestações dos sujeitos, quando em uma troca informal, são baseadas em suas próprias opiniões, experiências e visões de mundo. Não há, necessariamente, a demanda por uma solução ou pela ação direta e institucionalizada – e, por vezes, nem mesmo a intenção de que haja uma mudança, apenas a necessidade de manifestação de uma opinião. A deliberação também pode ser, segundo Mansbridge “quase puramente expressiva”. “A deliberação em assembleias, ao almejar a ação, é geralmente intencional. A deliberação em uma assembleia pública tem geralmente o objetivo de produzir uma decisão coletivamente vinculatória” (MANSBRIDGE, 2009, p. 209).

Para Marques, a conversação cotidiana pode ser compreendida sob o guarda-chuva da deliberação, de forma que a primeira pode se desdobrar para um processo deliberativo e, portanto, com viés mais decisório.

A deliberação não se restringe a uma troca discursiva de argumentos racionais ou a um único momento de discussões quando as decisões são tomadas. Para além disso, ela é, sobretudo, um processo social de comunicação através do qual os indivíduos têm, em uma perspectiva ideal, a oportunidade de se constituírem como interlocutores, apresentando seus pontos de vista e suas perspectivas diante dos outros, interpelando-os e demandando-lhes a validação de seus argumentos após uma discussão baseada no respeito recíproco. Sob esse viés, a deliberação pode ser compreendida como uma atividade discursiva capaz de conectar as esferas comunicativas formais e informais nas quais diferentes atores e discursos estabelecem um diálogo que tem por principal objetivo a avaliação e a compreensão de um problema coletivo ou de uma questão de interesses geral (MARQUES, 2011, p. 20, 21).

Nas duas últimas décadas, uma fatia importante das conversações cotidianas tematizadas em torno de pautas políticas acontece na internet, que se tornou um relevante ambiente de discussão e acesso à informação. Uma parte do que antes se

discutia em ambientes informais e de descontração – um encontro com amigos, em estabelecimentos comerciais, na mesa de jantar com a família – foi transplantado para as arenas conectadas da internet, onde essa conversação assume todo um novo leque de características, proporcionadas não apenas pela forma como esses espaços são construídos ou desenhados – pensando em organização das telas –, mas também pelo impacto que tem sobre os indivíduos o fato de estarem se comunicando com alguém que não está fisicamente à sua frente.

Essa mudança de ambiente permitiu aos sujeitos alcançarem interlocutores e públicos aos quais antes não tinham acesso, gerando novas liberdades, mas também algumas formas de acanhamento diante do outro. Ali, “os cidadãos conversam a respeito de seus interesses e necessidades, desenvolvendo assim não só laços afetivos de empatia e proximidade, mas também retomando e reformulando constantemente códigos de pertencimento e união” (MARQUES, 2011, p. 19).

O amplo alcance destas redes também contribui para a validar a importância de compreender as características do processo de conversação cotidiana e da deliberação nestes espaços. Dados do IBGE⁵ apontam que, em 2017, a internet era utilizada em 74,9% dos domicílios brasileiros das grandes regiões. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) de 2016⁶, 50% da população brasileira a acessa todos os dias da semana e 29% passa mais de 300 minutos online de segunda a sexta-feira. Embora a PBM informe que 63% dos usuários de redes sociais declare “confiar poucas vezes” nestas mídias, elas vêm ganhando espaço no país contribuindo com a distribuição massiva da informação e tornando-se arena de conversação online.

Dentre as redes sociais que se destacam no Brasil, o Facebook se sobressai como uma das mais abrangentes, uma vez que alcança 92 milhões de pessoas, cerca de 45% da população do país⁷, que a acessa em pelo menos uma vez por

5 Fonte: Educa IBGE. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>. Acesso em 13/03/2019.

6 Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia. Disponível em <<http://pesquisademidia.gov.br/#/Internet>>. Acesso em 13/03/2019.

7 Informação divulgada pelo Facebook em sua página de anunciantes. Disponível em: <<https://www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes>>. Acesso em 13/03/2019.

mês. Essa plataforma é caracterizada por proporcionar um espaço relativamente aberto de discussão sobre as mais variadas temáticas e se coloca como um ambiente comunicacional online próprio para a realização dos mais variados tipos de debates e conversações.

São espaços dados à interação, em que os usuários podem compartilhar informações, manifestar opiniões sobre assuntos sem serem provocados a respeito dos mesmos ou reagir a informações postadas por terceiros, algo que faz das redes sociais online como o Facebook ambientes “de forte caráter discursivo e interativo” (MAIA et al, 2015, p. 503).

Os usuários desse ambiente possuem o controle sobre a própria participação e uma autoidentificação pautada principalmente por motivações pessoais. Essa especificidade do Facebook possibilita que as conexões dos participantes com os outros usuários, que pertencem à sua rede de relacionamentos, sejam mais fortes e duradouras. Isso tende a estimular a autoexpressão e a afirmação da identidade (MAIA et al, 2015, p. 503).

Ao descrever os principais mecanismos de funcionamento do Facebook e de que forma estes influenciam o usuário e seu comportamento, as autoras dizem que é possível assumir que os mesmos se comportam seguindo as regras de uso do site, seja em termos de garantir o debate, seja no uso dos espaços mais adequados para cada tipo de intervenção.

(...) enquanto páginas e grupos fomentam a criação de comunidades de pessoas com interesses ou pensamentos semelhantes e podem, portanto, ser propícias a debates autorreferenciados e até hostis em relação a posições divergentes, a interação das pessoas com seu círculo de conexões em espaços públicos da rede tende a se caracterizar pela tolerância e abertura aos conteúdos com posições conflitantes (MAIA et al, 2015, p. 503).

Além do tipo de organização do espaço em páginas, comunidades e linhas do tempo dos próprios usuários, o assunto que está em pauta também afeta o tom da conversa e o tipo de interação que ocorre entre os usuários do Facebook. No Brasil, firmou-se a prática de utilizar as redes sociais para a manifestação livre de opiniões políticas, seja em comunidades fechadas, seja em áreas abertas e públicas da plataforma, de maneira que o que é discutido no Facebook termina por agendar, de

certa forma, os debates que ocorrem para além da plataforma, nas ruas e também nas arenas políticas convencionais.

Essa movimentação no sentido de inserir nas redes sociais assuntos antes reservados às conversações interpessoais não mediadas por meios digitais obriga os usuários a articularem suas opiniões e pensamentos em geral na forma escrita, mas sem necessariamente criar a necessidade de que se proponham soluções para os problemas discutidos. Quando são realizadas em plataformas online, como é o caso do Facebook, as conversações acerca de temas políticos, cotidianos ou não, agregam ainda outras características do debate online – que variam também de acordo com o espaço em que se situam dentro da plataforma, como os grupos ou postagens de páginas.

As deliberações realizadas no interior desses fóruns deliberativos de alcance limitado raramente ganham a esfera pública mais ampla, por conta de sua baixa visibilidade. Ademais, quando um minipúblico se torna uma instituição estabelecida e rotineira do sistema político formal, suas decisões tendem a se tornar pouco atrativas para os meios noticiosos, sendo, dessa maneira, cobertas apenas em caráter excepcional. (SAMPAIO et al, 2011, p. 222)

Fenômeno similar ao citado pelos autores se verifica quando se estuda as discussões acerca da descriminalização do aborto, tópico central das notícias que foram analisadas para a elaboração deste artigo. No intervalo entre uma instância e outra das votações oficiais, a temática repercutiu internacionalmente, pautando inúmeras reportagens no Brasil, com presença nos mais consumidos jornais e sites e chegando às redes sociais, como o Facebook. As publicações proporcionavam um acompanhamento das discussões formais entre os governantes e mostravam também a movimentação das mulheres argentinas nas ruas a favor e contra a descriminalização.

Embora o assunto seja considerado polêmico pela imprensa brasileira – e à parte o fato de que o aborto é foco de discussão em um grande número de grupos e páginas nas redes sociais –, o gancho da votação na Argentina o colocou em evidência na grande mídia brasileira e contribuiu para que, quase que paralelamente à segunda etapa da votação argentina, o Supremo Tribunal Federal brasileiro convocasse uma audiência pública sobre a questão. A consulta pública pode não ter

sido efeito direto unicamente das conversações sobre o tema derivadas do caso argentino, mas é possível que tenha sofrido influências também pela ampliação do alcance do debate.

Para discutir as estratégias utilizadas nos debates online sobre a descriminalização do aborto, serão apresentados no próximo tópico um detalhamento sobre a construção do corpus e as ferramentas metodológicas empregadas na observação dos comentários em questão. Em seguida, é apresentada uma discussão sobre os resultados observados durante a análise.

3. Material e métodos

Para analisar de que forma a discussão a respeito da descriminalização do aborto na Argentina repercutiu no Brasil, foram selecionadas 35 postagens acerca do tema nas fanpages no Facebook dos jornais El País Brasil, Estadão e O Globo, realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2018, período em que a discussão esteve em voga na Argentina.

Juntas, essas postagens somavam 13.979 comentários e 90.987 reações (curtida, amor, gargalhada, raiva, espanto, tristeza), além de terem sido compartilhadas 18.273 vezes. A partir de um cálculo de amostragem com erro amostral de 2% e nível de confiança de 99%, foi definido um corpus de 3.207 comentários, que passaram pela análise de conteúdo explicada a seguir.

A análise de conteúdo permitiu verificar, em primeiro lugar, o grau deliberativo das conversações acerca da descriminalização do aborto através de variáveis traçadas com base em Stromer-Galley (2007) que descrevem o tipo de pensamento contido no comentário; o turno da fala; o tema; a forma; a justificação expressa da opinião e a fonte da justificativa. Mas é nosso objetivo também verificar as estratégias retóricas utilizadas enquanto alternativa ao discurso racional, bem como os recursos argumentativos acionados para tanto (DRYZEK, 2007; MANSBRIDGE, 2007; YOUNG, 2001). As variáveis de análise são sistematizadas na Tabela 1 abaixo, e as categorias referentes a cada uma delas explicadas em seguida.

TABELA 1
Livro de códigos

V1	Posicionamento	Favorável
		Contrário
		Neutro
		Indeterminado
V2	Tipo de pensamento	Social (variável binária)
		Metaconversação (variável binária)
		Problema (variável binária)
V3	Turno	Novo
		Resposta
V4	Tema	Off-topic
		Relacional
		Estrutural
		Indeterminado
V5	Forma	Declaração/afirmação
		Ponto de vista oposto
		Esclarecimento
		Questionamento
		Proposição de solução
		Chamada para ação
		Estabelecer conflito
V6	Racionalidade	(variável binária)
V7	Fonte da justificativa	Pessoal
		Mídia
		Religiosa
		Científica
		Outra
V8	Estratégia retórica (principal e secundária)	Propositiva/Pragmática
		Sedutora/Emocional
		Ético-moral/Ideológica
		Crítica/Credibilidade
		Não se aplica
V9	Recursos argumentativos	Ameaça (variável binária)
		Sarcasmo (variável binária)
		Analogia (variável binária)
		Narração (variável binária)
		Insulto (variável binária)

Fonte – adaptado de RIZZOTTO, 2018

Em primeiro lugar é fundamental verificar o posicionamento (V1) do comentarista em relação à descriminalização do aborto. Conhecê-lo permitirá fazer cruzamentos e comparações entre as estratégias comunicativas dos diferentes grupos que participam deste debate polarizado.

Feito isto, e, segundo metodologia descrita no projeto da pesquisa macro (RIZZOTTO, 2018) que orienta este artigo, a segunda variável de análise se refere ao tipo de pensamento (V2) contido no comentário. São *sociais* aqueles comentários com finalidade relacional, ou seja, que buscam estabelecer laços com outros participantes. Os comentários caracterizados como *meta-conversação* são aqueles referentes à própria conversação, tratando da estrutura da fala ou tendo como foco os indivíduos envolvidos no debate e não a temática em si. O último tipo de pensamento possível é aquele que tem determinado *problema* como foco, quer dizer, quando o sujeito expressa sua visão sobre determinada temática, ainda que não relacionada à descriminalização do aborto. As três categorias citadas são binárias, um mesmo comentário pode apresentar mais de um tipo de pensamento; entretanto, um comentário precisa conter pelo menos um dos três tipos.

O turno da fala (V3) é a variável que se relaciona à medição da reciprocidade, uma vez que o envolvimento em diálogos sinaliza o engajamento do indivíduo. O tema (V4) abordado no comentário é outro sinal de engajamento, pois permite medir se os participantes estão promovendo uma consideração aprofundada do assunto; dessa forma comentários *off-topic* demonstram que não há qualquer engajamento do indivíduo, pelo contrário, frequentemente há intenção de tumultuar a conversação em curso. Os comentários *on-topic* são divididos em relacionais e estruturais. *Estruturais* são os comentários que abordam exatamente o tema sugerido pelas notícias, no caso, a descriminalização do aborto na Argentina. Os comentários *relacionais* tratam da temática do aborto enquanto prática, porém desconsideram a questão legislativa, central para a discussão em curso.

Quanto à forma (V5), os comentários classificam-se em: *declaração ou afirmação*; *ponto de vista oposto*, quando apresenta argumentos contrários seja em relação à notícia seja em relação à opinião de algum outro comentarista;

esclarecimento, seja de fala própria ou de terceiros através do fornecimento de dados ou da reiteração do que foi dito; *questionamento*, através da elaboração de perguntas genuínas, sejam elas direcionadas a algum indivíduo específico ou proferidas de forma generalizada; *proposição de solução*, quando o comentarista fornece alguma solução para resolver o problema, dizendo como “deveria ser”; *chamada para ação*, convocando os participantes para agirem em relação ao tema ou convocando indivíduos até então alheios ao debate a participarem dele; e, por último, *estabelecimento de conflito*, ou seja, o comentário tem como principal função manter conflito com indivíduo específico ou com grupos situados em polos opostos.

A racionalidade (V6), também variável binária, se relaciona com a “justificação expressa da opinião, evidenciada nas asserções verificáveis a partir de evidências” (RIZZOTTO, 2018, p.10), ou seja, não se tratam de comentários “não-emocionais”, mas sim de comentários que ancoram seu posicionamento em justificativas. O tipo de justificativa é medido através da variável fonte (V7) que pode ser *pessoal*, ou seja, quando o participante não explicita de onde retirou as informações que detém, dando a entender que tratam-se de informações adquiridas ao longo de suas experiências pessoais ou vivências; *midiativa*, o que inclui também sites de internet não-noticiosos, depoimentos em perfis pessoas de redes sociais e vídeos; *religiosa*; *científica* ou *outra*. Nesta última categoria se encaixaram no percurso da análise fontes jurídicas e outras fontes indeterminadas. Quando não há racionalidade, conseqüentemente não se apresenta fonte de justificativa, portanto, assinala-se a categoria *não se aplica*.

Finalmente, as estratégias retóricas e os recursos argumentativos são variáveis relacionadas ao pensamento de Iris Young (2000, 2001), que sugere que outras formas de comunicação mais permeáveis aos diferentes grupos sejam somadas à argumentação no processo de discussão político. Com isso, ela visa que as diferenças culturais ou de perspectiva social sejam compreendidas como recursos da discussão democrática e não como divisões ou problemas a serem superados.

A estratégia retórica (V8) é medida em dois níveis, um principal e um secundário, o que significa que pode haver mais de uma estratégia em um mesmo comentário. As estratégias podem ser *propositivas* ou *pragmáticas*, isso acontece

quando o comentário constrói sua argumentação baseado em efeitos ou consequências práticas da descriminalização do aborto. Também podem ser *sedutoras ou emocionais*, quando o comentarista faz uso da persuasão, frequentemente sem justificar seu posicionamento. Outro tipo de estratégia considerada é a *ético-moral ou ideológica*, na qual os sujeitos baseiam seu posicionamento em termos de certo ou errado. Por fim, a retórica *crítica* é direcionada aos sujeitos ou grupos que compõem o debate. Uma vez que a estratégia retórica se relaciona com o convencimento, ela só existe nos comentários do tipo *problema* (V2). Por fim, os indivíduos podem fazer uso de *ameaça, sarcasmo, analogia, narração e/ou insulto* (todas elas variáveis binárias) enquanto recursos argumentativos (V9)⁸ para alicerçar suas estratégias comunicativas.

4. "Padre, perdónales, porque no saben lo que hacen"

As discussões em torno da descriminalização do aborto na Argentina em fóruns de conversação brasileiros se mostraram, como esperado, bastante polarizadas, havendo pouca neutralidade nos posicionamentos (somente 0,8% dos comentários). Há ainda uma grande quantidade de comentários com posicionamento indeterminado (41,3%), isso porque boa parte deles são comentários de simples metaconversação, sem foco no problema, como veremos logo adiante. Ainda assim, o estabelecimento de conflito é função primordial de vários deles e, nestes casos, também a comunicação está voltada para o interlocutor mais do que para o assunto em debate. Nos comentários restantes, a posição do sujeito é clara, sendo que 20,9% são favoráveis à descriminalização do aborto e 36,8% são contrários a ela. Temos, assim, um primeiro indício que mostra que os sujeitos conservadores são mais propensos a participar das discussões sobre o aborto; lançamos a hipótese de que isso se deve ao fato de que tais indivíduos têm feridos seus valores pessoais e, portanto, sentem-se mais instigados a defendê-los.

A tentativa de estabelecer laços com os demais participantes, identificada pelo tipo "social", aparece somente em 10,2% da amostra. Quando aparece,

⁸ Agradecemos as contribuições de Viktor Chagas e Rodrigo Carreiro para o aprimoramento das variáveis relacionadas às estratégias retóricas e aos recursos argumentativos.

frequentemente há uma parabenização do interlocutor pelo seu posicionamento ou pela qualidade dos seus argumentos⁹. Comentários do tipo metaconversação e problema são bastante presentes, com frequência de 60,4% e 66,7% respectivamente. A metaconversação indica que os participantes se preocupam com a forma do debate, já o problema indica uma preocupação com o conteúdo. Para Stromer-Galley (2007) a presença de metaconversação é positiva para a deliberação porque indica engajamento, isso porque as discussões sobre a forma da conversação só ocorrem se há reflexão sobre o que foi dito ou entendido pelos outros. Entretanto, dentre os comentários desse tipo presentes na amostra, é frequente a desqualificação do outro, daquele que não se faz entender.

Metade dos comentários são respostas a outros participantes (50,2% contra 49,8% de comentários novos). Este também é um indicador de engajamento, segundo Stromer-Galley (2007, p. 12):

If participants are continuing their thoughts from turn to turn, rather than responding to what others are saying, then there is a likelihood that people are talking past each other—in effect getting on soap boxes to declaim their views rather than talking with others.

À guisa de comparação, na pesquisa realizada pela autora, que analisava conversações face-a-face acerca do problema enfrentado pela cidade de Pittsburgh em relação ao fechamento de escolas públicas devido ao declínio da taxa populacional, somente 6% das intervenções eram novas. É claro que, em se tratando do ambiente online, era de se esperar que esse número fosse diferente. Ainda assim, é possível afirmar que há baixo engajamento nas caixas de comentários analisadas. À alta frequência de comentários novos une-se a excessiva repetição de argumentos, mostrando que a maior parte dos participantes usa o espaço para proferir sua opinião e não para expor fundamentos que a embasem.

O tópico do comentário também dá indícios acerca do engajamento do indivíduo na conversação. Há um alto número de tópicos desconhecidos (36,1%), o que se deve à falta de contextualização do comentário para o analista, já que foram coletados de forma aleatória, perdendo assim a continuidade das *threads* estabelecidas. Dentre os identificados, 26,9% eram off-topic; 60,5% eram

⁹ P. ex. “Rozana Souza, o seu foi o melhor comentário. Vc está coberta de razão.”

relacionais; e apenas 12,4% eram estruturais. Esses resultados apoiam a conclusão acima sobre o nível de engajamento da conversação em questão. É alto o número de comentários fora do tema, que tratavam principalmente de questões eleitorais, tanto porque as notícias foram publicadas nos meses que antecederam as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, quanto porque a temática do aborto possui uma clara cisão entre progressistas e conservadores, cisão esta que esteve no cerne do debate eleitoral na citada eleição.

Outra inferência importante que se depreende destes dados é a de que a discussão em torno da descriminalização do aborto desenrola-se para além da questão jurídica – contida nos comentários estruturais. Mais de 60% das participações (comentários relacionais) abordam o aborto enquanto prática, ou seja, os indivíduos se declaram contrários ou favoráveis à realização do aborto e não à sua descriminalização.

Alguns comentários chegam a levantar essa incompatibilidade: “Se você engravidar um dia, é só não abortar”. Porém, mesmo entre os defensores da descriminalização, a argumentação gira mais frequentemente em torno da não existência de vida no feto – muito possivelmente, é claro, instigados pelos argumentos já apresentados pelos chamados “pró-vida”, aqueles que se posicionam a favor do nascimento e contra o direito ao aborto. Nessa direção, ao ressaltarem os aspectos jurídicos e de saúde pública envolvidos no debate, em detrimento dos aspectos biológicos e morais, as ativistas em defesa deste direito das mulheres fortalecem o debate e tornam mais efetiva a comunicação política.

Quanto à forma do comentário, o Gráfico 1 permite visualizar as diferenças entre os grupos “pró-vida” e “pró-escolha”:

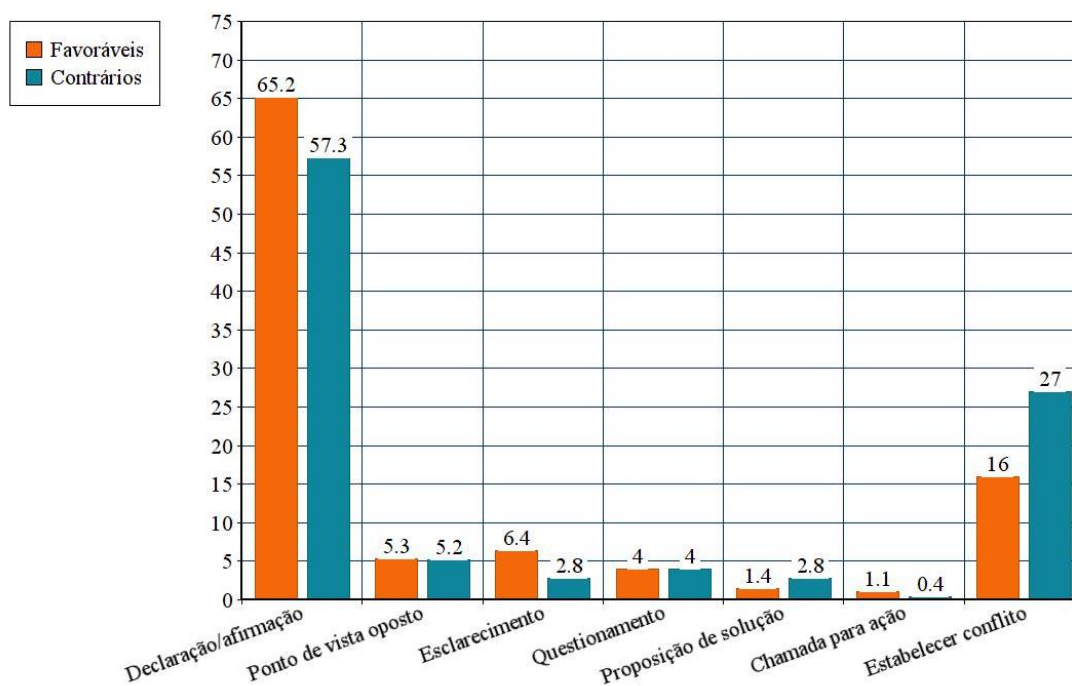


GRÁFICO 1 – Forma

FONTE – elaboração própria.

Ainda que fundamentalmente semelhantes entre si – com baixo índice de comentários que apresentavam argumentos opostos de forma respeitosa, que forneciam esclarecimentos, faziam questionamentos, propunham soluções ou convocam outros para agir -, os dois grupos diferem-se um pouco quanto às formas mais frequentes. Os favoráveis à descriminalização declaram mais (65,2%) sua opinião de forma insulada, sem contra-argumentação, do que os contrários (57,3%); já os contrários mais frequentemente (27%) estabelecem conflito do que os favoráveis (16%). A despeito dessa pequena diferença, este é um indicativo de que em ambos os lados a conversação ocorre de forma desrespeitosa (alto índice de estabelecimento de conflito) e com baixa reciprocidade (baixo índice de contra-argumentação e questionamentos).

As variáveis racionalidade e fonte ocorrem de forma atrelada, já que a fonte se refere ao local de onde é colhida a justificação da opinião expressa. Há uma importante diferença entre o grau de justificação entre os grupos favoráveis e contrários. A maior parte (65,1%) dos comentários proferidos pelos sujeitos favoráveis à descriminalização do aborto é racional, ou seja, apresenta justificação

da opinião; para os contrários este número cai para menos da metade (48,9%). O comentário abaixo exemplifica a racionalidade tendo como base uma justificativa científica:

[nome de outro comentarista] nao entendi oque vc quis dizer.. cérebro q tira vida, da vida????????? O sistema nervoso nao esta formado.. seu cérebro nao tem funcionamento cognitivo. Esse inclusive é o motivo de se n sentir dor, nem mesmo a área subconsciente se formou ainda.. Vc acha mesmo q vai chegar em um min, em um comentário de facebook e dizer q a ciência moderna esta se contradizendo?!

Já a fonte das justificativas é bastante semelhante entre os dois grupos: a fonte pessoal se sobressai atingindo um índice maior do que 70% em ambos. Consideramos como fonte pessoal os comentários que se justificam a partir da própria vivência ou visão de mundo do sujeito, incluindo aqui “achismos” e senso comum. A mídia é fonte de 2,9% dos comentários favoráveis e 5% dos contrários; a religião é fonte de 3,2% dos favoráveis e 7,6% dos contrários; enquanto a ciência é fonte de 5,7% dos comentários de cada um dos lados.

Daí inferimos que: (1) ainda que não contra-argumentem, não estabelecendo, assim, a reciprocidade, os sujeitos progressistas são mais propensos a elucidar seu posicionamento, apresentando “porquês” a respeito de tal, e (2) as comprovações e justificativas apresentadas não possuem o caráter de evidência já que são em grande parte fundamentadas pelo próprio sujeito com base em si mesmo.

As próximas variáveis analisadas traçam as estratégias retóricas e os recursos argumentativos empregados pelos comentaristas. A análise desses elementos visa identificar correspondência empírica com a corrente de teóricos deliberacionistas que entende as formas comunicativas emocionais como parte essencial do processo deliberativo. Dryzek (2007) acredita que a retórica, a contação de histórias e até mesmo as piadas podem ser aceitas na deliberação. Mansbridge (2007) defende a importância da emoção no processo deliberativo justificando que através delas o sujeito pesa as opções de maneira mais empática. Da mesma forma, a precursora dessa concepção ampliada da deliberação, Iris Young (2000; 2001), propõe o que chama de democracia comunicativa como alternativa à democracia deliberativa, uma vez que esta última não leva em consideração as diferenças culturais dos participantes. Para tanto sugere que outras formas de comunicação mais

permeáveis aos diferentes grupos sejam somadas à argumentação no processo de discussão político.

As estratégias sempre dizem respeito ao conteúdo do debate, portanto, não são codificadas nos comentários que não se classificam no tipo *problema* (V2). Assim, essa variável responde a que tipo de apelo o indivíduo invoca na exposição de sua opinião e/ou argumento. Neste caso também há uma diferença significativa entre os grupos opostos, como mostra o Gráfico 2.

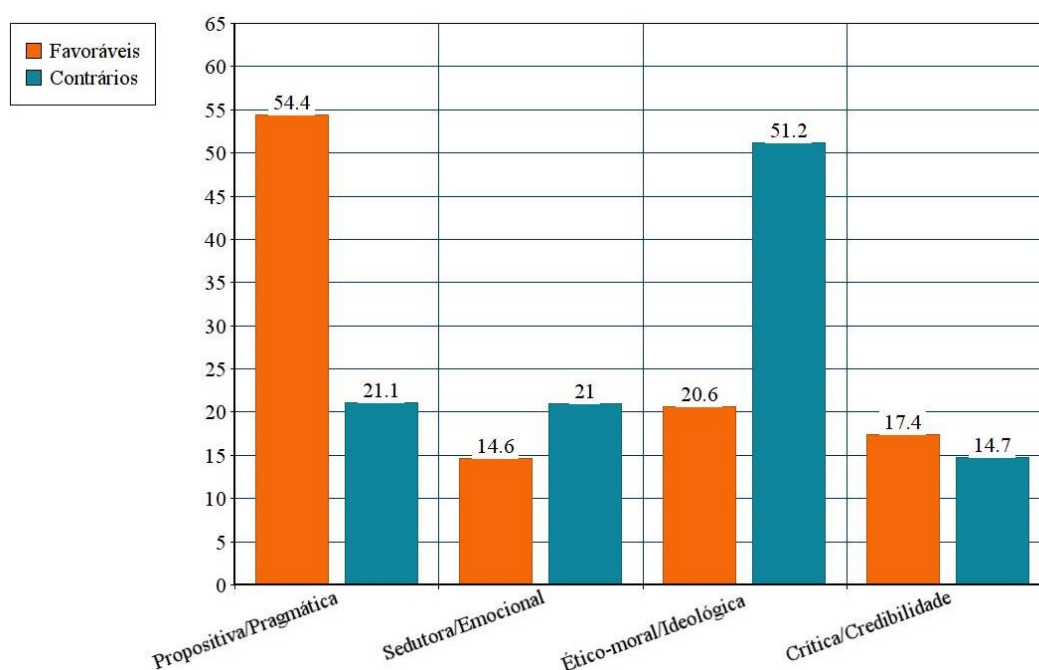


GRÁFICO 2 – Estratégias retóricas

FONTE – elaboração própria.

A retórica propositiva é a mais presente (54,4%) dentre os comentários favoráveis, seguida pela ético-moral (20,6%), crítica (17,4%) e sedutora (14,6%). Esses indivíduos são mais propensos a construir sua fala baseados na realidade, ou seja, nos fatos do presente e nas possibilidades futuras decorrentes da decisão política a vir a ser tomada¹⁰.

¹⁰ P. ex. “Países onde o aborto é legal: EUA, Canadá, Inglaterra, Alemanha, França, Inglaterra, Dinamarca, Austrália, Noruega, Finlândia, Suécia, Itália, Portugal, Espanha, Uruguai, Irlanda, Austrália... Países onde o aborto é ilegal: Venezuela, Afeganistão, Nigéria, Moçambique, Síria, Quênia, Sudão, Angola, Camboja, Colômbia, Líbano, México, Somália, Irã, Haiti...E agora na Argentina. Ou seja, só em país "em desenvolvimento" que determinados temas como o aborto são um tabu por causa da bancada religiosa. E o brasileiro "médio" adora dizer que sonha em morar nos países desenvolvidos, de 1o mundo...”

Entre os contrários a estratégia mais presente é a ético-moral (51,2%), seguida pela propositiva (21,1%), sedutora (21%) e crítica (14,7%). Esses indivíduos, por outro lado, são mais propensos a construir sua fala em termos de certo e errado¹¹.

Por último, abordamos agora os recursos argumentativos, que são: ameaça¹², sarcasmo¹³, analogia¹⁴, narração¹⁵ e insulto¹⁶. Neste tópico, as diferenças entre os grupos também são impactantes, conforme Gráfico 3:

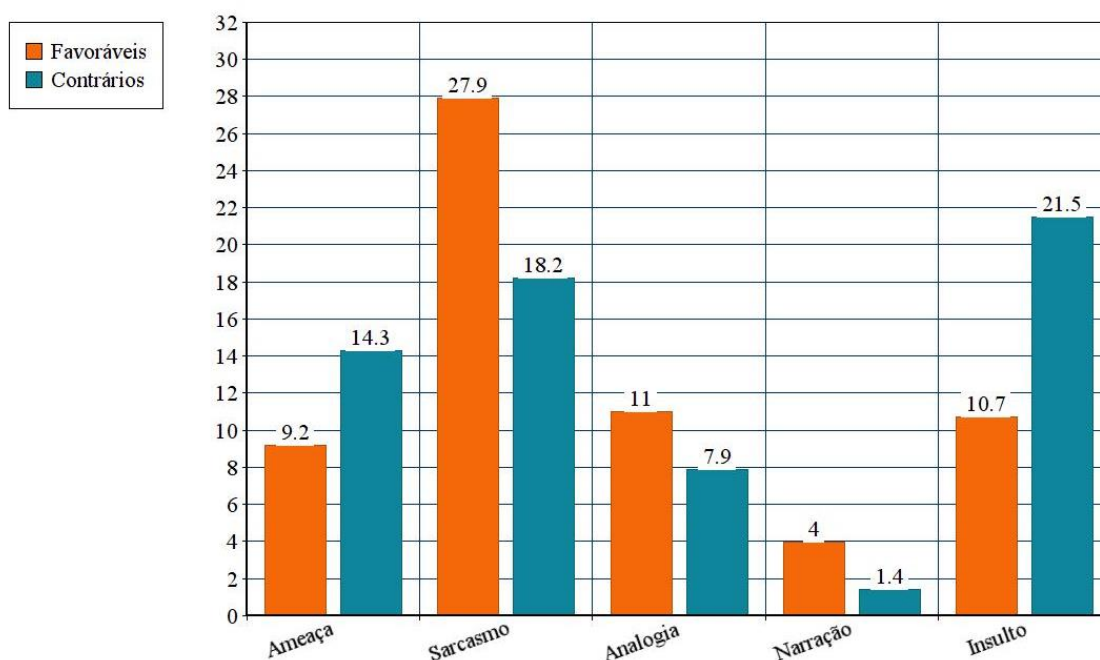


GRÁFICO 3 – Recursos argumentativos

FONTE – elaboração própria.

¹¹ P. ex. “Se não fosse uma vida nem de aborto precisaria, se o aborto é uma opção indica que é uma vida, e se é uma vida é conseqüentemente um ser vivo com corpo biologicamente único. Aborto é assassinato, se quiser apoiar você tem toda a liberdade, agora não venha querer negar a ciência ou com mentiras do tipo “o corpo é dela”.

¹² P. ex. “O inferno aguarda ansiosamente [sic] essas abortistas de merda”.

¹³ P. ex. “Tomando um cafézinho com lágrimas de conservadores”.

¹⁴ P. ex. “Tenho certeza que muitos a favor do aborto são contra a pena de morte, ou seja, são a favor de um facinora monstro sem noção de amor ao próximo, mas querem matar um ser antes mesmo de ter a chance de nascer”.

¹⁵ P. ex. “Sim crio meu filho sozinho pois não deixei a mãe dele abortar... e essa era a vontade dela... Não me arrependo nem um pouco da decisão q tornei e meu filho é minha maior felicidade dessa vida”.

¹⁶ P. ex. “Cara é tão difícil a desgraçada exigir do parceiro uso de preservativo e vice e versa. A unica coisa que depois de uma análise criteriosa e aborto por estupro e/ou sem cérebro, fora isso o resto é safadeza de feminazis pilantras”.

Os defensores da descriminalização são mais sarcásticos do que os contrários (27,9% a 18,2%), também fazem mais uso de analogia (11% a 7,9%) e da contação de histórias (4% a 1,4%). Já os contrários ameaçam mais (14,3% a 9,2%) e proferem mais insultos (21,5% a 10,7%). Isso mostra que, de forma específica, a construção das estratégias comunicativas dos indivíduos “pró-vida” é mais violenta e conflituosa. Os indivíduos “pró-escolha”, são mais “didáticos” em alguns casos, já que fazem mais uso da justificação, mas também se colocam no debate como “superiores”, e frequentemente não levam a sério as argumentações do grupo contrário.

Retomando o índice de racionalidade total (41,8%) e o índice de estratégias retóricas não-emocionais, ou seja, as propositivas (26,3%) e as ético-morais (26,2%), vemos que a razão é mais presente na conversação online acerca deste tópico do que a emoção. Isso não contraria o que Young (2000) diz sobre o assunto. Ela afirma que as diferentes formas comunicativas não substituem a argumentação, já que, normativamente, a comunicação democrática requer a troca de razões e sua avaliação crítica. Tais formas ocorrem de forma combinada: a saudação, quando presente, precede a troca de argumentos, pois a partir do reconhecimento recíproco dos interlocutores garante-se atenção à argumentação. A retórica acompanha a argumentação, contextualizando-a para a audiência específica. E as histórias (pouco presentes no corpus em questão) compõem a argumentação, facilitando o entendimento para além das diferenças entre falantes e ouvintes.

5. Considerações finais

Ao fazer uma primeira observação sobre o debate online acerca de descriminalização do aborto nos comentários de postagens do Facebook, é possível supor que as trocas que ocorrem neste espaço de conversação são marcadas por uma forte polarização entre os indivíduos envolvidos. Esta cisão pôde ser confirmada a partir de uma análise de conteúdo realizada para a construção deste artigo, que levou em consideração 3207 comentários selecionados aleatoriamente de um universo de 13.979 comentários, presentes em 35 postagens dos jornais brasileiros El País, Estadão e O Globo, feitas entre junho e agosto de 2018, durante

o período em que a descriminalização estava em pauta em diferentes instâncias do governo argentino.

Os dados coletados foram categorizados entre variáveis definidas a partir de critérios sugeridos por teóricos deliberacionistas para a compreensão de estratégias discursivas que compõem os processos de conversação cotidiana – mais especificamente aquela que ocorre em ambientes online, onde os sujeitos não se encontram face a face com os demais indivíduos engajados no debate.

A ótica deliberacionista permitiu compreender os caminhos pelos quais se direcionou a troca argumentativa sobre a temática da descriminalização do aborto. Embora o corpus analisado tenha apresentado uma grande quantidade de indeterminação, nos casos em que há determinação, 20,9% dos sujeitos são favoráveis à descriminalização do aborto e 36,8% são contrários a ela. Enquanto os favoráveis majoritariamente declaram sua opinião de maneira insulada, sem contra-argumentação, os contrários tendem com mais frequência a estabelecer conflito, de forma que a polarização se manifesta recorrentemente com desrespeito e baixa reciprocidade entre os dois grupos.

A análise permitiu inferir que a racionalidade é presente com mais intensidade entre os sujeitos favoráveis do que nos contrários, mas que, na maioria dos casos, os indivíduos justificam sua opinião tendo como fonte suas próprias experiências, e não embasados em fontes terceiras – a mídia, a ciência, a religião, por exemplo.

Outra importante inferência feita durante análise foi com relação ao tipo de retórica, em que se percebeu que a retórica propositiva foi predominante entre os comentários favoráveis, acima da metade, enquanto que, entre os contrários, a estratégia de argumentação dominante foi a ético-moral. Além disso, com relação aos recursos argumentativos, a análise demonstrou que o sarcasmo e a analogia estão em maioria entre os defensores da descriminalização, enquanto que a ameaça e os insultos predominam entre os contrários, demonstrando que há uma espécie de didatismo entre os “pró-escolha”, enquanto que os indivíduos chamados “pró-vida” tendem a não ter seus argumentos levados a sério e a interpretar as informações de maneira relacionada com suas próprias histórias pessoais, o que os leva a comentar com mais alto teor de insulto.

Ao tratar de uma temática cercada pela polarização e por declarações polêmicas, em que recorrentemente os indivíduos envolvidos no debate já se engajam na discussão munidos de um posicionamento definido – embora não necessariamente embasados em fontes que não suas próprias vivências e experiências –, o presente artigo objetivou proporcionar uma base de dados e informações que contribuam para a compreensão das estratégias discursivas e do tipo de retórica empregada pelos indivíduos quando engajados em conversações online.

A questão pode ser evoluída em futuras pesquisas de maneira a comparar de que forma essas mesmas estratégias e retóricas se comportam quando o tema do debate não é algo tão polêmico – ou seja, valorizando-se o potencial das redes sociais online como o Facebook enquanto ambiente para deliberação e conversação online e o comportamento de seus usuários de acordo com a temática discutida –, ou, ainda, discutindo que outras formas o debate sobre o aborto pode tomar quando em outros ambientes online ou quando em interações face-a-face.

Referências

CHAMBERS, Simone. **A teoria democrática deliberativa**. IN: MARQUES, Angela C. S. (org). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DRYZEK, John. **Theory, Evidence and the Tasks of Deliberation**. In: ROSENBERG, S.W. (Org.). Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern? New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HABERMAS, Jurgen. **Três Modelos Normativos de Democracia**. Lua Nova, nº 36, 1995.

MAIA, Rousiley C.M. ROSSINI, Patrícia G.C. OLIVEIRA, Vanessa V. OLIVEIRA, Alicianne G. **Sobre a importância de examinar diferentes ambientes online em estudos de deliberação**. Opinião Pública, Campinas, Vol. 21, nº 2, agosto, 2015.

MANSBRIDGE, Jane. **“Deliberative democracy” or “democratic deliberation”?** In: ROSENBERG, S. (org.). Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern? Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2007.

MANSBRIDGE, Jane. **A conversação cotidiana no sistema deliberativo**. IN: MARQUES, Angela C. S. (org). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARQUES, Ângela C.S. **Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, jul-dez/2011, p. 19-40.

RIZZOTTO, Carla. **Racionalidade versus histórias de vida: uma análise das estratégias comunicacionais deliberativas em debates polêmicos e polarizados.** [Projeto de pesquisa]. Processo no. 427677/2018-1. Chamada MCTIC/CNPq n.o 28/2018. 2018.

SAMPAIO, Rafael C. MAIA, Rousiley C.M. MARQUES, Francisco P. J. A. **Deliberações ampliadas ou restritas: perspectivas de integração.** Comunicação e Sociedade, Ano 32, n. 55, p. 203-229, jan./jun. 2011

STROMER-GALLEY, Jennifer. **Measuring Deliberation's Content: A Coding Scheme.** Journal of Public Deliberation: Vol. 3: Iss. 1, Artigo 12, 2007.

YOUNG, Iris. **Inclusion and Democracy.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris. **Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa.** In: Souza, J. (org.). Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001.